

zusammengesetzte Familie), o que costuma ser chamado de tribo e cuja definição foi detalhada em páginas anteriores. Já aqui fica revelado que esta sociedade civil é o verdadeiro fogão e o cenário de toda a história, e ao mesmo tempo quão absurda é a concepção histórica existente até agora que, fazendo pouco-caso das relações reais, apenas dá atenção, em sua limitação, às ações retumbantes do Estado e dos dirigentes.

[[Riscado no manuscrito: Até agora nós contemplamos principalmente apenas um lado da atividade humana, o *tratamento da natureza* por parte do homem. O outro lado, o *tratamento do homem* por parte do homem...

Origem do Estado e a relação do Estado com a sociedade civil.]]

A sociedade civil abrange o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio, e nesse sentido vai além do Estado e da nação, ainda que por outro lado volte a se fazer valer para o exterior na condição de nacionalidade, ao passo que para o interior tenha de se organizar como Estado. O conceito de sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se diferenciado da essência comum típica da Antiguidade e da Idade Medieval. A sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) como tal se desenvolve apenas com a burguesia (*Bourgeoisie*); a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante foi, a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome.

[2.] *Sobre a produção da consciência*

Na história anterior ao presente momento é, contudo, tão marcadamente um fato empírico o de que os indivíduos isolados, quando suas atividades se estendem para um plano histórico universal, vêem-se cada vez mais subjugados a um poder estranho a eles (cuja opressão eles chegam logo a considerar como uma perseguição do chamado espírito universal etc.), poder que adquire um caráter cada vez mais de massa e se revela, em última instância, como sendo o *mercado mundial*. Mas, assim mesmo, é empiricamente fundamentado que, com a derrocada da ordem social vigente por obra da revolução comunista (do que falaremos mais abaixo) e a supressão da propriedade privada idêntica a ela, esse poder tão misterioso para os teóricos alemães se dissolve e, então, a liberação de cada indivíduo se impõe na mesma medida em que a história se transforma totalmente

em uma história universal. Depois do que acabou de ser dito antes, é óbvio que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende totalmente da riqueza de suas relações reais. Só através disso os indivíduos concretos se liberam dos diferentes grilhões nacionais e locais, põem-se em contato prático com a produção (incluindo a espiritual) do mundo inteiro e se colocam em condições de adquirir a capacidade necessária para poder desfrutar desta produção multiforme e completa de toda a terra (as criações dos homens). A dependência *omnilateral* (*allseitige Abhängigkeit*), forma plasmada espontaneamente da cooperação *histórico-universal* dos indivíduos, transforma-se, graças a esta revolução comunista, no controle e na dominação consciente sobre estes poderes que, nascidos da ação de alguns homens sobre os outros, até agora se impunham sobre eles e os dominavam na condição de potências absolutamente estranhas. E esta concepção pode bem ser interpretada, por sua vez, de um modo especulativo e idealista, ou seja, fantástico, como a “autocriação do gênero” (a “sociedade na condição de sujeito”), de modo que a série sucessiva dos indivíduos relacionados entre si seja representada como se fosse um só indivíduo que realiza o mistério de se engendrar a si mesmo. Aqui fica claro que os indivíduos se fazem *uns aos outros*, tanto física quanto espiritualmente, contudo não se fazem a si mesmos, nem na concepção disparatada de São Bruno, nem no sentido do “Único”, do homem “feito”.³⁴

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real da produção, partindo, para tanto, da produção material da vida imediata, e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, quer dizer, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação como Estado e explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência, a religião, a filosofia, a moral etc., assim como estudando, a partir dessas premissas, seu processo de nascimento, coisa que, naturalmente, permitirá expor as coisas em sua totalidade (e também, por isso mesmo, a interdependência entre estes diversos aspectos). Esta concepção, diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o *terreno* histórico real (*auf dem wirklichen Geschichtsboden*); não explica a prática partindo da idéia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática ma-

³⁴ Conforme a concepção de Max Stirner, ou São Max, que é como os autores o chamam, conforme poderá ser visto – estendidamente – mais tarde. (N.T.)

terial, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado³⁵ de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual, mediante a redução à “autoconsciência” ou à transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc., mas tão-somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais reais, das quais emanam essas quimeras idealistas – de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e a de toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução. Esta concepção revela que a história não termina se dissolvendo na “autoconsciência”, na condição de “espírito do espírito”, mas que em cada uma de suas fases se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, capitais e circunstâncias que, mesmo que de um lado sejam modificados pela nova geração, acabam por ditar a esta, por outro, suas próprias condições de vida e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter especial – de que, portanto, as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que este faz as circunstâncias. Esta soma de forças de produção, capitais e formas de intercâmbio social com que cada indivíduo e cada geração se encontram como se fosse com algo dado é o fundamento real daquilo que os filósofos representam como sendo a “substância” e a “essência do homem”, elevando-o à apoteose e combatendo-o, um fundamento real que não se vê perturbado o mínimo que seja no que diz respeito a sua ação e a suas influências sobre o desenvolvimento dos homens pelo fato de que estes filósofos se rebelam contra ele na condição de “autoconsciência” e na condição de “Único”. São estas condições de vida, com as quais as diferentes gerações se encontram ao nascer, que decidem, também, se as transformações revolucionárias que se repetem periodicamente na história serão ou não suficientemente fortes para derrubar a base de tudo aquilo que existe; e se não estão disponíveis estes elementos materiais de uma transformação revolucionária total – ou seja, de um lado as forças de produção vigentes e de outro a formação de uma massa revolucionária que se levante não apenas contra certas condições da sociedade até agora, mas contra a própria “produção da vida” vigente até agora, contra a “atividade de conjunto” sobre a qual descansa –, em nada contribuirá para fazer mudar a marcha prática das coisas o fato de que a *idéia* desta transformação revolucionária já tenha sido proclamada centenas de vezes, conforme aliás demonstra a história do comunismo.

³⁵ MEGA: chega, conseqüentemente, ao resultado. (N.E.A.)

Até agora toda a concepção histórica ou desconsiderou de cabo a rabo esta base real da história, ou a considerou como algo acessório, simplesmente, que nada tem a ver com o desenvolvimento histórico. Isto faz com que a história seja escrita sempre com base em uma escala situada fora dela; a produção real da vida se revela como algo pré-histórico, enquanto o histórico se manifesta como algo separado da vida usual, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, exclui-se da história a atitude dos homens para com a natureza, o que engendra o antagonismo entre a natureza e a história. E, assim, esta concepção apenas consegue ver na história os grandes atos políticos e as ações do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e se vê obrigada a *compartilhar*, especialmente, e isso em cada época histórica, *as ilusões desta época*. Por exemplo, se uma época imagina que é movida por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, apesar de a “religião” ou a “política” serem simplesmente as formas de seus motivos reais, o historiógrafo da época de que se trata aceita sem mais nem menos tais opiniões. A “imaginação” (*Einbildung*), a “noção” (*Vorstellung*) destes determinados homens acerca de sua práxis real se converte na única potência determinante e ativa, que domina e determina a práxis destes mesmos homens. E, assim, quando a forma tosca com que se apresenta a divisão do trabalho entre os hindus e os egípcios provoca nestes povos o regime de castas próprio de seu Estado e de sua religião, o historiador acredita que o regime de castas foi a força que engendrou aquela tosca forma social. Enquanto os franceses e ingleses pelo menos se aferram à ilusão política, que é, com certeza, a mais próxima da realidade, os alemães se movem na esfera do “espírito puro” e fazem da ilusão religiosa a força motriz da história. A filosofia hegeliana da história é a última conseqüência, levada a sua “expressão mais pura”, de toda essa historiografia alemã, que não gira em torno dos interesses reais, nem sequer dos interesses políticos, mas sim em torno de pensamentos puros, que mais tarde São Bruno representará como sendo necessariamente uma série de “pensamentos” que se devoram uns aos outros, até que, por último, neste entredevorar-se uns aos outros, a “autoconsciência” morre; e por este mesmo caminho marcha, de um modo mais conseqüente contudo, São Max Stirner, que, voltando-se totalmente de costas para a história real, tem necessariamente de apresentar todo o processo histórico como uma simples história de “cavaleiros”, bandidos e fantasmas, de cujas visões apenas ele mesmo logra se salvar, naturalmente, através

do “anti-sagrado”.³⁶ Esta concepção é realmente religiosa, ela apresenta o homem religioso como o homem originário, de quem arranca toda a história e, deixando-se levar por sua imaginação, coloca a produção de quimeras religiosas no lugar da produção real dos meios de vida e da vida em si. Toda essa concepção da história, unida à sua dissolução e às dúvidas e reflexões nascidas dela, é uma incumbência puramente *nacional* dos alemães, e tem um interesse apenas *local* para a Alemanha, como por exemplo a importante questão, da qual se tratou repetidas vezes nos últimos tempos, de como pode se chegar, a rigor, “do reino de Deus ao reino do homem”, como se esse “reino de Deus” algum dia tivesse existido em algum outro lugar que não na imaginação, e os eruditos senhores não tivessem vivido sempre, sem sabê-lo, no “reino do homem”, para o qual agora buscam os caminhos, e como se o entretenimento científico, pois isso não é outra coisa a não ser isso, de explicar o que há de curioso nesta formação teórica perdida nas nuvens não residisse, cabalmente e pelo contrário, em demonstrar como nascem das relações reais sobre a terra. Para estes alemães, trata-se sempre, em geral, de dissolver os absurdos com que nos encontramos em outras quimeras quaisquer, quer dizer, de pressupor que todos estes absurdos têm um *sentido* próprio, qual seja o de que é necessário desentranhar, quando no fundo do que se trata é, simplesmente, de explicar estas frases feitas da teoria com base nas relações reais vigentes. Conforme já dissemos, a dissolução real e prática destas frases feitas, a eliminação destas noções da consciência dos homens, é obra da mudança das circunstâncias, e não das deduções teóricas. Para a massa dos homens, quer dizer, para o proletariado, estas noções teóricas não existem e não necessitam, portanto, ser eliminadas; e mesmo que esta massa tenha podido professar alguma vez noções teóricas de algum tipo, por exemplo noções religiosas, faz já muito tempo que as circunstâncias se encarregaram de eliminá-las.

O aspecto puramente nacional destas questões e suas soluções se revela, ademais, no fato de estes teóricos acreditarem seriamente que fantasmagorias cerebrais como os do “homem-deus” (*Gottmensch*), do “homem” (*Mensch*) etc., tenham presidido de fato determinadas épocas da história — São Bruno chega até mesmo a afirmar que apenas “a crítica e os críticos fizeram a história” —, sem contar em que momentos eles mesmos se ati-

³⁶ Anotação à margem, de Marx: A assim chamada escritura *objetiva* da história consistia em analisar as relações sociais separadamente da atividade. Caráter reacionário. (N.E.A.)

ram às construções históricas, a fim de pular com a maior pressa sobre tudo o que é anterior, passando imediatamente do “mongolismo” à história verdadeiramente “plena de sentido”, quer dizer, à história dos *Anais de Halle* e dos *Anais alemães*³⁷ evidenciando a dissolução da escola hegeliana em uma brigalhada geral. Se relegam ao esquecimento todas as demais nações e todos os acontecimentos reais, e o *teatrum mundi*³⁸ se limita à Feira do Livro de Leipzig e às disputas entre a “Crítica”, o “homem” e o “Único”. E quando a teoria se decide, uma vez que seja, a tratar de temas realmente históricos, por exemplo do século XVIII, limita-se a nos oferecer a história das idéias, desconectada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhe servem de base; e também nisso ela é movida pelo exclusivo propósito de apresentar esta época como o preâmbulo imperfeito, como o antecessor tapado da verdadeira época histórica, quer dizer, do período da luta entre os filósofos alemães (1840-44). A esta finalidade de escrever uma história anterior para fazer com que brilhe com maior claridade a fama de uma personagem não histórica e de suas fantasias responde o fato de que sejam passados por alto todos os acontecimentos realmente históricos, inclusive as ingerências realmente históricas da política na história, oferecendo em troca disso um relato não baseado precisamente em estudos, mas sim em construções e em fofocas literárias, como acabou de fazer São Bruno em sua *História do século XVIII*,³⁹ da qual ninguém se lembra mais. Portanto estes merceeiros de pensamentos, arrogantes e grandiloquentes, que se consideram tão infinitamente acima de todos os prejuízos nacionais são, na realidade, muito mais nacionais que esses filisteus das cervejarias, que sonham com a unidade da Alemanha. Não reconhecem como históricos os fatos dos demais povos, vivem na Alemanha, com a Alemanha e para a Alemanha, transformam a “Canção do Reno”⁴⁰ em uma canção litúrgica e conquistam a Alsácia-Lorena despojando a filosofia francesa em vez de despojar o Estado francês, germa-

³⁷ *Hallsche Jahrbücher* e *Deutsche Jahrbücher*, no original, dois órgãos dos jovens hegelianos. (N.T.)

³⁸ Teatro do mundo. (N.E.A.)

³⁹ O título total da obra de Bruno Bauer é *História da política, cultura e esclarecimento do século XVIII* (*Geschichte der Politik, Cultur und Aufklärung des achtzehnten Jahrhunderts*). (N.T.)

⁴⁰ Referência à poesia do poetinha alemão Nicolaus Becker intitulada “O Reno alemão” (*Der deutsche Rhein*). A poesia foi escrita em 1840 e musicada várias vezes nos anos seguintes; era cantada em altos brados pelos nacionalistas. (N.T.)

nizando não as províncias da França mas sim as idéias francesas. O senhor Venedey é um cosmopolita ao lado de São Bruno e São Max, que proclamam, na hegemonia universal da teoria, a hegemonia universal da Alemanha.

Destes confrontos pode-se deduzir, também, o quanto Feuerbach se equivoca quando (*Revista trimestral de Wigand [Wigand's Vierteljahrschrift]*),⁴¹ 1845, v. 2) se declara comunista ao se qualificar de “homem comum”, transformando esta qualidade em um predicado “do homem” e acreditando, portanto, reduzir mais uma vez a uma mera categoria a palavra “comunista”, que no mundo vigente designa os adeptos de um determinado partido revolucionário. Toda a dedução de Feuerbach no que diz respeito às relações entre os homens tende simplesmente a demonstrar que os homens necessitam uns dos outros e *sempre necessitaram uns dos outros*. Ele quer estabelecer a consciência sobre esse fato, quer, portanto, assim como os demais teóricos, criar uma consciência exata acerca de um fato *vigente*, enquanto o que importa ao verdadeiro comunista é derrubar o que existe. Reconhecemos plenamente, ademais, que Feuerbach, ao se esforçar no sentido de criar precisamente a consciência *deste* fato, chega tão longe quanto pode chegar um teórico sem deixar de ser um teórico e um filósofo. É sintomático, no entanto, que São Bruno e São Max coloquem imediatamente a idéia que Feuerbach forma a partir do comunista no lugar do comunista real, coisa que fazem, em parte, para que também eles possam, como adversários à mesma altura, combater o comunismo como “espírito do espírito” (*Geist vom Geist*), como uma categoria filosófica – e da parte de São Bruno respondendo, além disso, a interesses de caráter pragmático. Como exemplo do reconhecimento, e ao mesmo tempo do desconhecimento do vigente, que Feuerbach segue compartilhando com nossos adversários, recordemos a passagem de sua *Filosofia do futuro*,⁴² na qual sustenta e desenvolve que o ser de uma coisa ou do homem é, ao mesmo tempo, sua essência, que as relações determinadas que formam a existência, o modo de vida e a atividade de um indivíduo animal ou humano constituem aquilo em que sua “essência” se sente satisfeita. Toda exceção é considerada aqui, expressamente, como um acaso infeliz, como uma anomalia que não pode ser mudada. Portanto, quando milhões de proletários

⁴¹ Referência ao texto “Sobre a essência do cristianismo” de Feuerbach, publicado no citado veículo. (N.T.)

⁴² *Philosophie der Zukunft*, em alemão. (N.T.)

não se sentem satisfeitos, de maneira nenhuma, com suas condições de vida, quando seu “ser” (...).⁴³

(...) trata-se na realidade para o materialista *prático*, quer dizer para o *comunista*, de revolucionar o mundo conforme existe, atacar as coisas conforme as encontra e transformá-las. Quando às vezes se encontra em Feuerbach esse tipo de observação, elas jamais ultrapassam o âmbito de noções individuais, e em sua condição de observação geral elas têm uma influência que é pouca demais para poderem ser consideradas aqui como sendo outra coisa a não ser germens capazes de serem desenvolvidos. A “compreensão” de Feuerbach acerca do mundo sensível se limita de um lado à simples observação do mesmo e de outro à mera sensação; ele diz “o homem” em vez de dizer os “homens históricos reais”. “O homem” é, na realidade, “o alemão”. No primeiro caso, na *observação* do mundo sensível, ele necessariamente é confrontado com coisas que contradizem sua consciência e seu sentimento, que perturbam a harmonia de todas as partes do mundo sensível por ele pressuposta e nomeadamente a harmonia do homem com a natureza.⁴⁴ Para eliminar esta contradição, Feuerbach se vê obrigado a recorrer a uma dupla observação, oscilando entre uma concepção profana, que apenas vê “o que está à mão”, e outra superior, filosófica, que contempla a “verdadeira essência” (*wahres Wesen*) das coisas. Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é algo diretamente dado desde toda a eternidade e constantemente igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do Estado social, no sentido em que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais pisa sobre os ombros da anterior, segue desenvolvendo sua indústria e seu intercâmbio, e modifica sua organização social segundo as novas necessidades. Até os objetos da “certeza sensível” (*sinnliche Gewissheit*) mais simples lhe são dados tão-somente pelo desenvolvimento social, pela indústria e pelo intercâmbio comercial. De modo que é sabido que a cerejeira, assim como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada a nossa zona geográfica faz poucos séculos por obra do *comércio* e, *por meio* desta ação de uma determinada sociedade e de uma determinada época, foi entregue à “certeza sensível” de Feuerbach.

⁴³ Aqui, há uma lacuna no manuscrito. (N.E.A.)

⁴⁴ N.B. Não que Feuerbach subsuma aquilo que está à mão, a *aparência* sensível, à realidade sensorial, comprovada mediante a indagação mais exata dos fatos percebidos pelos sentidos, mas sim no fato de não dar conta, em última instância, dos dados dos sentidos sem vê-los com os “olhos”, quer dizer, através dos “óculos” do *filósofo*. (N.A.)

Aliás, segundo esta concepção das coisas tal como realmente são e aconteceram, todo problema filosófico profundo, conforme será mostrado mais claramente mais abaixo, reduz-se a um fato empírico puro e simples. Assim, por exemplo, o importante problema da relação do homem com a natureza (ou, até mesmo, conforme diz Bruno [p. 110],⁴⁵ a “antítese da natureza e da história”, como se se tratasse de duas “coisas” distintas e o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), do qual brotaram todas as “obras inescrutavelmente elevadas”⁴⁶ sobre a “substância” e sobre a “autoconsciência”, desaparece por si mesmo ante a convicção de que a famosíssima “unidade do homem com a natureza” consistiu desde sempre na indústria, sendo de um ou de outro modo segundo o maior ou menor desenvolvimento da indústria em cada época, assim como acontece com a “luta” do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças de produção sobre a base correspondente. A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio dos meios de vida condicionam, de seu lado, e se acham, por sua vez, condicionados, segundo o modo como funcionam, pela distribuição, pela estrutura das diversas classes sociais – e assim se explica por que Feuerbach, em Manchester, por exemplo, apenas encontra fábricas e máquinas, onde há cerca de cem anos não havia mais do que rocas de fiar e teares movidos a mão, ou que na Campanha di Roma, onde na época de Augusto não havia encontrado nada a não ser vinhedos e mansões de capitalistas romanos, hoje em dia haja apenas pastagens e pântanos. Feuerbach fala especialmente da observação da natureza por parte da ciência, cita mistérios que apenas se revelam aos olhos do físico e do químico; contudo, o que seria das ciências naturais se não fossem a indústria e o comércio? Inclusive esta ciência natural “pura” adquire seu fim, assim como seu material, apenas através do comércio e da indústria, graças à atividade sensível dos homens. E essa atividade, esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, é a tal ponto a base de todo o mundo sensível tal como este agora existe, que caso fosse interrompida, mesmo que fosse durante apenas um ano, Feuerbach não apenas encontraria o mundo inteiramente mudado, como também sentiria falta bem logo de todo o mundo humano e de sua própria capacidade de contemplação e até mesmo de sua própria existência. De qualquer forma a

⁴⁵ Marx e Engels se referem ao artigo de Bruno Bauer intitulado “Característica de Ludwig Feuerbach”, publicado na já citada revista *Wigand's Vierteljahrsschrift* de 1845, t. 3. (N.T.)

⁴⁶ Referência à célebre frase do “Prólogo no céu”, que abre o *Fausto* de Goethe. (N.T.)

prioridade da natureza exterior segue perdurando, e tudo isso não é, de qualquer forma, aplicável ao homem originário, criado por *generatio aequivoca*;⁴⁷ porém essa diferença apenas faz sentido sempre e quando se considerar o homem na condição de algo distinto da natureza. Além disso, essa natureza anterior à história humana não é a natureza em que vive Feuerbach, mas sim uma natureza que, não contadas algumas ilhas de corais australianas de recente formação, hoje já não existe em parte alguma, portanto não existe tampouco para Feuerbach.

Em todo caso, Feuerbach tem a grande vantagem, em comparação com os materialistas “puros”, de perceber que também o homem é um “objeto sensível”; mas, afora isso, apenas o vê como “objeto sensível” e não como “atividade sensível”, manifestando-se também nisso dentro da teoria, sem conceber os homens dentro de sua conexão social dada, sob as condições de vida vigentes que fizeram deles o que são, e não chega nunca, por isso mesmo, ao homem realmente existente, ao homem ativo, mas se detém no conceito abstrato “o homem”, e apenas consegue reconhecer na sensação o “homem real, individual, corpóreo”, quer dizer, não conhece mais “relações humanas” entre “o homem e o homem” a não ser as do amor e da amizade, e ainda por cima idealizadas. Ele não nos oferece crítica alguma das condições de vida atuais. Não consegue jamais, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* total, sensível e viva, dos indivíduos que o formam, razão pela qual se vê obrigado, por exemplo ao ver em vez de homens são uma tropa de seres humanos famintos, escrofulosos, esgotados pela fadiga e pela tuberculose, a fugir a uma “observação mais alta” e à “compensação dentro do gênero”, o que é uma coisa ideal, ou seja, caindo no idealismo precisamente no ponto em que o materialista comunista vê a necessidade e ao mesmo tempo a condição de uma transformação radical tanto da indústria quanto da organização social.

Na medida em que Feuerbach é materialista, a história não aparece em seus escritos, e na medida em que toma a história em consideração, ele não é materialista. Materialismo e história aparecem completamente divorciados nele, coisa que ademais se explica através daquilo que acabou de ser dito.

[[Riscado no manuscrito: Se tratamos da história mais de perto nesse trecho, isso acontece porque os alemães estão acostumados a imaginar, quando ouvem as

⁴⁷ Geração espontânea. (N.E.A.)

palavras “história” e “histórico”, tudo o que for possível, menos a realidade, do que é um exemplo brilhante a “oratória sagrada” de São Bruno.]]

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações individuais, cada uma das quais explora os materiais, capitais e forças de produção transmitidas por aquelas que a precederam; quer dizer, que de um lado prossegue em condições completamente distintas da atividade precedente, enquanto de outro lado modifica as circunstâncias anteriores mediante uma atividade totalmente diferente, o que poderia ser distorcido especulativamente, se fosse alegado que a história posterior é a finalidade daquela que a precede, como se disséssemos, por exemplo, que o descobrimento da América teve como finalidade ajudar na expansão da Revolução Francesa, mediante cuja interpretação a história adquire seus fins próprios e independentes e se transforma em uma “pessoa junto a outras pessoas” (junto à “autoconsciência”, à “Crítica”, ao “Único” etc.), enquanto o que designamos através das palavras “determinação” (*Bestimmung*), “fim”, “gérmen”, “idéia” da história anterior não é outra coisa que não uma abstração da história posterior, da influência ativa que a história anterior exerce sobre a que vem depois dela.

Quanto mais forem expandidos os círculos individuais que influem uns sobre os outros no curso desta evolução, tanto mais se destrói o isolamento originário das diferentes nacionalidades através do desenvolvimento do modo de produção, da troca e da divisão de trabalho, que com disso surge por via espontânea entre as diversas nações; tanto mais, também, a história se transforma em história universal, e assim vemos que quando hoje é inventada uma máquina na Inglaterra, por exemplo, incontáveis trabalhadores são postos na rua na Índia e na China, e toda a forma de existência desses Estados estremece, o que quer dizer que aquela invenção constitui um fato histórico-universal – ou que o açúcar e o café demonstram sua significação histórico-universal no século XIX, uma vez que a escassez desses produtos, provocada pelo sistema continental napoleônico,⁴⁸ incitou os alemães a se sublevarem contra Napoleão, estabelecendo-se com isso a base real para as gloriosas guerras de independência de 1813. Disso segue que essa transformação da história em história universal não constitui um mero fato abstrato da “autoconsciência”, do espírito universal ou de qual-

⁴⁸ Bloqueio contra a Inglaterra estipulado por Napoleão, que foi abolido assim que este foi derrotado na Rússia. Pode-se dizer que Marx e Engels já entabulam, aqui, uma tese acerca dos “bloqueios econômicos” tão em voga ultimamente – e de suas conseqüências. (N.T.)

quer outro espectro metafísico, mas sim constitui uma ação perfeitamente material e empiricamente passível de comprovação, uma ação, da qual pode nos oferecer uma prova qualquer indivíduo, tal como esse indivíduo é, como anda e como pára, come, bebe e se veste.

As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder *objetal* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que lhe sejam submetidas, da mesma forma e em média, as idéias daqueles que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As idéias dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante, ou seja, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante têm, também, entre outras coisas, a consciência disso, e pensam a partir disso; por isso, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o alcance de uma época histórica, compreende-se por si mesmo que o façam em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas também como pensadores, como produtores de idéias, que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo; e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. Por exemplo, em uma época e em um país em que a coroa, a aristocracia e a burguesia disputam o poder, em que, portanto, a dominação está dividida, impõe-se como idéia dominante a doutrina da divisão de poderes, ora proclamada como “lei eterna”.

A divisão do trabalho, da qual já tratamos mais acima (p. [31-33]) como uma das potências fundamentais da história anterior, manifesta-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que uma parte dessa classe se revela como sendo aquela que dá seus pensadores (os ideólogos conceptivos ativos da referida classe, que fazem do desenvolvimento da ilusão dessa classe sobre si mesma seu principal ramo de alimentação), enquanto os demais adotam diante dessas idéias e ilusões uma atitude antes passiva e receptiva, já que na realidade são os membros ativos dessa classe e dispõem de pouco tempo para formarem ilusões e idéias acerca de si mesmos. Pode ocorrer, inclusive, que no seio dessa classe o desdobramento a que nos referimos chegue a se desenvolver em termos de certa divisão, e até mesmo de certo anta-

gonismo entre ambas as partes, mas esta hostilidade desaparece por si mesma tão logo surja qualquer colisão prática suscetível de pôr em perigo a classe em si, ocasião em que desaparece, assim como até mesmo a aparência desaparece, como se os pensamentos dominantes não fossem os pensamentos da classe dominante e tivessem um poder diferente do poder dessa classe. A existência de pensamentos revolucionários em uma determinada época pressupõe, desde logo, a existência de uma classe revolucionária, acerca de cujas premissas já dissemos o necessário anteriormente (p. [33-36]).

Se, na concepção do processo histórico, as idéias da classe dominante são separadas desta mesma classe, se as transforma em algo à parte e independente, se nos limitamos a afirmar que em uma época dominou este ou aquele pensamento, sem nos preocuparmos o mínimo que seja com as condições de produção nem com os produtores dessas idéias, se, portanto, deixamos de lado os indivíduos e as situações universais que servem de base aos pensamentos, podemos afirmar, por exemplo, que na época em que dominou a aristocracia imperaram as idéias da honra, da lealdade etc., enquanto que a dominação da burguesia representou o império das idéias da liberdade, da igualdade etc. [[Riscado no manuscrito: Esses “conceitos dominantes” terão uma forma tanto mais geral e abrangente, quanto mais a classe dominante se vir obrigada a estipular seu interesse como sendo o interesse de todos os membros da sociedade. A classe dominante em si mesma tem, via de regra, a noção de que esses seus conceitos foram os que dominaram e só os diferencia das noções dominantes em épocas anteriores por estipulá-los como sendo verdades eternas.]] Via de regra, a própria classe dominante assim o imagina. Essa concepção da história, que prevalece entre todos os historiadores desde o século XVIII, obrigatoriamente se deparará com o fenômeno de que são cada vez mais abstratas as idéias que imperam, quer dizer, que se revestem cada vez mais da forma do universal. Cada nova classe que passa a ocupar o posto daquela que dominou antes dela se vê obrigada, para poder encaminhar os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse geral de todos os membros da sociedade – quer dizer, expressando o mesmo em termos ideais –, a imprimir a suas idéias a forma da universalidade, a apresentar essas idéias como as únicas racionais e válidas universalmente.

A classe revolucionária aparece de antemão, tão-somente pelo fato de se contrapor a uma *classe*, não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade, como toda a massa da sociedade, diante da classe úni-

ca, a classe dominante.⁴⁹ E pode fazê-lo assim porque no princípio seu interesse se harmoniza realmente, mais ou menos, com o interesse comum de todas as demais classes não dominantes e, sob a opressão das relações vigentes, não pode se desenvolver ainda como o interesse específico de uma classe especial. Seu triunfo traz proveitos também, portanto, a muitos indivíduos das demais classes que não chegam a dominar, mas apenas na medida em que estes indivíduos se achem agora em condições de se elevar até a classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou o poder da aristocracia, ela tornou possível, com isso, que muitos proletários se elevassem acima do proletariado, mas apenas os que puderam chegar a se transformar em burgueses. Por isso cada nova classe instaura sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a classe dominante que é anterior a ela, o que, de sua parte, faz com que mais tarde se aprofunde e se agudize ainda mais o antagonismo entre a classe não dominante e aquela que ora domina. E ambos os fatores fazem com que a luta que há de ser encaminhada contra essa nova classe dominante tenda, por sua vez, a uma negação mais resoluta, mais radical dos estados sociais anteriores, bem mais do que todas as classes em busca do poder até agora foram capazes de fazer.

Toda essa aparência de que a dominação de uma determinada classe não é mais do que a dominação de certas idéias, esfuma-se por si só, naturalmente, tão logo a dominação de classe em geral deixa de ser a forma de organização da sociedade, tão logo que, por conseqüência, já não seja necessário apresentar um interesse particular como sendo universal ou apresentar “o universal” como sendo o dominante.

Uma vez que as idéias dominantes são separadas dos indivíduos dominantes e, sobretudo, das relações que brotam de uma fase dada do modo de produção – e disso resulta o fato de que em toda a história o aspecto dominante é sempre o pensamento –, fica bem mais fácil abstrair desses diferentes pensamentos “o pensamento”, a idéia etc., como aquilo que impera na história, apresentando assim todos esses conceitos e pensamentos individuais como “autodeterminações” do conceito que se desenvolve por si mesmo na história. Assim consideradas as coisas, é perfeitamente natu-

⁴⁹ Anotação à margem, de Marx: A generalidade corresponde: (1) à classe contra o estamento; (2) à competência, ao intercâmbio mundial etc.; (3) ao grande contingente numérico da classe dominante; (4) à ilusão dos interesses *comuns* (no começo essa ilusão era verdadeira); (5) à ilusão dos ideólogos e da divisão do trabalho. (N.E.A.)

ral, também, que todas as relações vigentes entre os homens derivem do conceito do homem, do homem imaginário, da essência do homem, do “homem”. Assim o fez, com efeito, a filosofia especulativa. O próprio Hegel confessa, ao final de sua *Filosofia da história*, que “apenas considera o desenvolvimento posterior do conceito” e que vê e expõe na história a “verdadeira *teodicéia*” (p. 446). Nesse momento se pode voltar mais uma vez aos produtores do “conceito”, aos teóricos, ideólogos e filósofos, e se chegará, então, à conclusão de que os filósofos, os pensadores como tais, sempre dominaram na história – um resultado que, conforme vemos, já foi proclamado por Hegel. Todo o truque que consiste em demonstrar o elevado império do espírito na história (da hierarquia, em Stirner), portanto, reduz-se aos três esforços seguintes:

Nº 1. Separar as idéias dos indivíduos dominantes, que dominam por razões empíricas, sob condições empíricas e como indivíduos materiais, desses indivíduos dominantes, reconhecendo com isso o império das idéias ou das ilusões na história.

Nº 2. Colocar ordem nesse império das idéias e demonstrar a existência de uma conexão mística entre as idéias sucessivamente dominantes, o que pode ser alcançado concebendo-as como “autodeterminações do conceito” (o que é possível porque essas idéias, por meio do fundamento empírico sobre o qual repousam, formam realmente uma conexão e porque, concebidas como *meras* idéias, transformam-se em autodistinções, em distinções estabelecidas pelo próprio pensar).

Nº 3. A fim de eliminar a aparência mística desse “conceito que se determina a si mesmo”, transforma-se-o em uma personagem – a “autoconsciência” – ou, caso se queira parecer assaz materialista, em uma série de personagens representantes do “conceito” na história, nos “pensadores”, nos “filósofos”, nos ideólogos, concebidos por sua vez como os produtores da história, como o “conselho de guardiões”, como os dominantes.⁵⁰ Com isso terão sido eliminados da história todos os elementos materialistas e poder-se-á dar rédeas soltas ao próprio cavalo especulativo.

Enquanto na vida comum qualquer *shopkeeper*⁵¹ consegue distinguir entre aquilo que alguém faz de conta que é e aquilo que ele realmente é, a nossa historiografia ainda não chegou a essa constatação trivial. Ela acre-

⁵⁰ Anotação à margem, de Marx: *O homem = ao “espírito humano pensador”*. (N.E.A.)

⁵¹ Merceiro. (N.E.A.)

dita piamente naquilo que dizem todas as épocas, naquilo que estas dizem acerca de si mesmas e naquilo que imaginam.

Esse método histórico, que na Alemanha chegou a imperar, bem como a causa de seu império neste país preferentemente devem ser explicados a partir das ilusões dos ideólogos, em geral, por exemplo das ilusões dos juristas e dos políticos (incluindo entre estes os estadistas práticos), a partir dos sonhos dogmáticos e distorções desses tipos, que podem ser explicados de um modo bem simples através da posição prática desses mesmos tipos acerca da vida, a partir de seus negócios e da divisão do trabalho.

[B. A base real da ideologia]

[1.] Intercâmbio e força de produção

A maior divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre cidade e campo. O antagonismo entre campo e cidade começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado, da localidade à nação, e se mantém ao longo de toda a história da civilização até chegar aos dias de hoje (*anti-corn-law-league*)...⁵² Com a cidade, aparece a necessidade da administração, da polícia, dos impostos e assim por diante, em suma, da organização política em comunidade (*Gemeindewesen*) e, portanto, da política em geral. Nisso se manifestou pela primeira vez a separação da população em duas grandes classes, baseadas diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o exopente cabal ao fato contrário, quer dizer, ao isolamento e à solidão. O antagonismo entre a cidade e o campo apenas pode se dar dentro da pro-

⁵² “Liga contra a Lei do Cereal”. Uma associação de livre-comércio, fundada em 1838 pelos fabricantes Cobden e Bright, em Manchester. A assim chamada “Lei do Cereal”, que objetivava cercear – e, conforme o caso, proibir – a entrada de cereais estrangeiros, foi implantada na Inglaterra para defender os interesses dos grandes proprietários de terras, dos lordes rurais. A liga exigia completa liberdade comercial e lutava pela extinção da “Lei do Grão” com o objetivo de reduzir os salários dos trabalhadores e enfraquecer as posições políticas da aristocracia rural. Em sua luta contra os proprietários de terra, a liga tentou explorar as massas trabalhadoras. Mas justamente naquela época, os adiantados trabalhadores ingleses começaram a trilhar o caminho que levava a um movimento independente e marcadamente político, o cartismo (cujo programa estava inscrito na chamada *Carta do Povo*). A luta entre a burguesia industrial e a aristocracia rural terminou em 1846 com a aceitação do programa para a abolição da *corn-law*. Depois disso a liga acabou se dissolvendo. (N.T.)